



ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

www.ipea.gov.br

Simulado Final

IPEA

Técnico de Planejamento e Pesquisa
Perfil I - Planejamento, Gestão e
Logística - Gestão e Logística - Pós-Edital

Simulado

Simulado IPEA – Técnico de Planejamento e Pesquisa - Perfil I -
Planejamento, Gestão e Logística - Gestão e Logística

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso – IPEA – Técnico de Planejamento e Pesquisa;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-IPEA-17-02-24>

01 – (A B C D E)	26 – (A B C D E)	51 – (A B C D E)	76 – (A B C D E)
02 – (A B C D E)	27 – (A B C D E)	52 – (A B C D E)	77 – (A B C D E)
03 – (A B C D E)	28 – (A B C D E)	53 – (A B C D E)	78 – (A B C D E)
04 – (A B C D E)	29 – (A B C D E)	54 – (A B C D E)	79 – (A B C D E)
05 – (A B C D E)	30 – (A B C D E)	55 – (A B C D E)	80 – (A B C D E)
06 – (A B C D E)	31 – (A B C D E)	56 – (A B C D E)	081 – (A B C D E)
07 – (A B C D E)	32 – (A B C D E)	57 – (A B C D E)	082 – (A B C D E)
08 – (A B C D E)	33 – (A B C D E)	58 – (A B C D E)	083 – (A B C D E)
09 – (A B C D E)	34 – (A B C D E)	59 – (A B C D E)	084 – (A B C D E)
10 – (A B C D E)	35 – (A B C D E)	60 – (A B C D E)	085 – (A B C D E)
11 – (A B C D E)	36 – (A B C D E)	61 – (A B C D E)	086 – (A B C D E)
12 – (A B C D E)	37 – (A B C D E)	62 – (A B C D E)	087 – (A B C D E)
13 – (A B C D E)	38 – (A B C D E)	63 – (A B C D E)	088 – (A B C D E)
14 – (A B C D E)	39 – (A B C D E)	64 – (A B C D E)	089 – (A B C D E)
15 – (A B C D E)	40 – (A B C D E)	65 – (A B C D E)	090 – (A B C D E)
16 – (A B C D E)	41 – (A B C D E)	66 – (A B C D E)	091 – (A B C D E)
17 – (A B C D E)	42 – (A B C D E)	67 – (A B C D E)	092 – (A B C D E)
18 – (A B C D E)	43 – (A B C D E)	68 – (A B C D E)	093 – (A B C D E)
19 – (A B C D E)	44 – (A B C D E)	69 – (A B C D E)	094 – (A B C D E)
20 – (A B C D E)	45 – (A B C D E)	70 – (A B C D E)	095 – (A B C D E)
21 – (A B C D E)	46 – (A B C D E)	71 – (A B C D E)	096 – (A B C D E)
22 – (A B C D E)	47 – (A B C D E)	72 – (A B C D E)	097 – (A B C D E)
23 – (A B C D E)	48 – (A B C D E)	73 – (A B C D E)	098 – (A B C D E)
24 – (A B C D E)	49 – (A B C D E)	74 – (A B C D E)	099 – (A B C D E)
25 – (A B C D E)	50 – (A B C D E)	75 – (A B C D E)	100 – (A B C D E)

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Janaina Arruda***Calma, isso é só um filme...**

O menino estava morrendo de medo, tapando a cara para não ver a cena de terror na TV e o pai acudiu dizendo “Calma, isso é só um filme”. O que equivale a um “é tudo de mentirinha, seu bobo”. Bem que o filho poderia responder: “Mas o meu medo é de verdade!” – e estaria com isso reconhecendo o efeito vivo e material que as simulações, as representações e as simbolizações da arte e dos jogos têm sobre todas as criaturas.

A convicção de que toda representação artística, por ser uma representação, é contrária a qualquer verdade, mostra-se muito bem, quando queremos escapar do poder real dos “fingimentos” da arte e apelamos para a “realidade do mundo” – como se esta só existisse numa autonomia plena, em si mesma, sem permitir se expressar de modo criativo. Quem se inicia, por exemplo, no universo mágico do escritor Guimarães Rosa, mergulhando no grande sertão cósmico-mineiro a que ele deu nova vida, em nova e surpreendente linguagem, e tem que suspender a leitura para ir ao mercado poderá pensar, na rua, invertendo a equação: “Mas isso é só o mundo...”

Ao ouvirmos aquela sonata ou aquela canção especial, não deveríamos chorar, pois aquilo “é só música”. A ingênua alegação de que a arte é “só” arte, de que um símbolo é “apenas” um símbolo, pretende trabalhar contra nossa humanidade profunda, contra essa condição em que a disposição emocional se alia à nossa energia afetiva e inteligente, por vezes levando-nos num salto para a plataforma do **sublime**, esse estágio tão alto de beleza que parece não haver mais nada acima dele. Quando nos comovemos de verdade com qualquer manifestação artística, fica impossível acusar o artista de mentiroso: a linguagem que ele

concebeu e que nos encantou passou a fazer parte da nossa verdade.

(Paulo Carini do Amaral, inédito)

01. Expressões como *isso é só um filme, é só música, um símbolo é apenas um símbolo* são utilizadas no texto para

- a) comprovar a tese de que a arte é uma ilusão a que não se deve dar crédito.
- b) exemplificar as razões que se costuma alegar para subestimar as obras de arte.
- c) endossar a opinião do autor do texto de que não vale a pena sofrer ou alegrar-se com a arte.
- d) recriminar os que se esquecem dos efeitos nefastos da linguagem artística.
- e) lembrar ao público que não tem sentido trocar a realidade pelo entretenimento.

02. Considere as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, por meio da cena entre o pai e o filho, demonstra-se que não há razão para alguém sentir medo por conta de um filme.
- II. No 2º parágrafo, afirma-se que a “realidade do mundo” supera toda e qualquer tentativa de lhe dar uma expressão convincente.
- III. No 3º parágrafo, a comoção humana provocada pelo símbolo artístico desautoriza aqueles que julgam o artista uma espécie de impostor.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

03. No 2º parágrafo, a referência ao escritor Guimarães Rosa justifica-se porque o autor deseja mostrar que

- a) o efeito provocado pela arte é significativo mas efêmero, já que se apaga em contato com o mundo real.
- b) o universo criado por esse autor mineiro é o da ficção científica tão bem idealizada que passamos a temer o sobrenatural.
- c) mesmo a linguagem mais tradicional, explorada por esse autor, é capaz de nos convencer da realidade que a arte representa.
- d) a realidade nua e crua do sertão, expressa nas obras desse autor, não contrasta com a realidade do nosso cotidiano urbano.
- e) a força da ficção é tão profunda que por vezes nos faz estranhar a realidade mesma do mundo em que vivemos.

04. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) As reações de uma criança, assustada diante de um filme de terror, não precisa ser recriminada, pois o medo dela não é ficcional.
- b) Devem-se aos contos e romances de Guimarães Rosa o reconhecimento pelo universo tão expressivo que oferecem a quem os leia.
- c) Às canções ou sonatas que tão comovido deixam o ouvinte não falta a inspiração de quem as compôs, nem a arte de quem as executa.
- d) Os chamados “fingimentos” da arte, palavra tão depreciativa, constitui de fato o modo pelo qual ela se faz verdadeira.
- e) Carece de razão, para sermos justos, as acusações que recaem sobre a arte, sob o pretexto de que ela vive “apenas” na nossa imaginação.

05. Considerando-se a necessidade de que os tempos e modos verbais de uma frase devem estar em adequada correlação, o segmento ***Uma obra de arte mal concebida seria aquela em que os recursos expressivos utilizados*** deverá ser completado por:

- a) não nos convencessem de sua verdade própria.
- b) não nos estarão convencendo de sua realidade.
- c) não terá sua realidade capaz de nos convencer.
- d) não nos haviam convencido de sua verdade.
- e) não podiam convencer-nos de sua realidade.

Jovens em movimento

Jovens protestando nas ruas não são exatamente uma novidade: parece ser próprio da juventude um alto grau de inconformismo. Mas é possível localizar na década de 60 e em parte da de 70 do século passado o marco mais incisivo de muitas contestações. O problema apareceu como sendo o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social, nos planos político, cultural e moral, por uma atitude de crítica aos valores estabelecidos e pelo desencadear de atos em busca de transformação - movimentos estudantis de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e todas as formas de dominação, movimentos pacifistas, agrupamentos de hippies, etc.

Muitos jovens estabeleciam para si próprios que jamais viriam a se integrar ao funcionamento normal da sociedade. Alguns entravam em organizações políticas clandestinas, outros se recusavam a assumir um emprego formal, indo viver em comunidades e sobrevivendo por meio de atividades alternativas (arte, artesanato, hortas comunitárias), tudo numa recusa permanente de se adaptar, de se enquadrar numa sociedade convencional.

No Brasil, é particularmente nesse momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, devido ao engajamento de jovens da classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra

o regime autoritário por meio de mobilizações estudantis e atuação nos partidos de esquerda. No campo do comportamento, questionavam os padrões sexuais, morais e o consumismo. De lá para cá, alternaram-se momentos de alguma acomodação e outros de expressão inconformista. As manifestações de meados de 2013 atualizaram o caráter contestador da juventude.

(Adaptado de: ABRAMO, Helena Wendel. **“Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”**. Revista

Brasileira de Educação, n. 5/6, p. 30 e 31)

06. Deve-se deduzir da leitura do texto, essencialmente, que os jovens,

- a) em qualquer época, levantam-se contra a ordem estabelecida para rejeitar os direitos constitucionais da cidadania.
- b) em variados contextos históricos, fazem ouvir seus protestos contra a ordem social e assumem novos padrões de valor.
- c) nos momentos políticos mais agudos, organizam-se em novas associações de classe para combater a velha estrutura dos partidos.
- d) nos momentos de imobilismo social, revoltam-se contra as velhas práticas econômicas e reorganizam o sistema financeiro.
- e) em ocasiões propícias, recusam as práticas sociais vigentes e propõem a regulamentação delas por meio de instituições mais sólidas.

07. Há **irregularidade** na pontuação da seguinte frase:

- a) Quando são os jovens, que protestam nas ruas, as reivindicações mais urgentes, soam mais alto, e mais inflamadas.
- b) Ao entrarem em organizações clandestinas, muitos jovens, sem dúvida corajosos, arriscaram suas vidas.
- c) Já na década de 70, jovens brasileiros da classe média buscaram meios políticos para canalizar seus protestos.
- d) Ocorrem, via de regra, nas manifestações organizadas pelos jovens, infiltrações de agitadores sem causa.
- e) No Brasil, em meados de 2013, várias cidades foram palco de manifestações políticas, a maior parte delas organizada por jovens.

08. Ao *organizarem seus protestos públicos*, os jovens *ênfatizam esses processos por meio de palavras de ordem*, e repetem essas palavras de ordem para que o povo compreenda bem essas palavras de ordem e resolva se acolhe ou não essas palavras de ordem.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- a) repetem-nas – compreenda-lhes bem – lhes acolhe ou não
- b) as repetem – as compreenda bem – as acolhe ou não
- c) as repetem – lhes compreenda bem – acolhe-lhes ou não
- d) repetem-as – compreenda-as bem – acolhe-las ou não.
- e) repetem-nas – bem lhes compreenda – lhes acolhe ou não

09. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- a) Não (**caber**) aos mais velhos decidir o que devem reivindicar os jovens.
- b) (**faltar**) à maioria de nós o ímpeto que têm os jovens nas manifestações.
- c) Pergunto-me por que não (**ter**) havido manifestações de rua na minha juventude.
- d) Sempre haverá quem (**atribuir**) aos jovens manifestantes a responsabilidade pelos incidentes.
- e) É provável que a ninguém (**ocorrer**) as iniciativas que os jovens não hesitam em tomar.

10. Na frase **As lutas os jovens se envolvem costumam ter mais resultados do que aquelas se dedicam manifestantes sem a mesma energia ou o mesmo idealismo**, as lacunas serão corretamente preenchidas, respectivamente, com as expressões:

- a) em cujas – em que
- b) pelas quais – em cujas
- c) às quais – pelas quais
- d) em que – a que
- e) com que – de que

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

What a legendary historian tells us about the contempt for today's working class

It is not often that, as a teenager, you get captured by a 900-page tome (unless it has "Harry Potter" in the title). Even less when it is a dense book of history, telling in meticulous detail stories of 18th-century weavers and colliers, shoemakers and shipwrights.

Yet I can even now picture myself first stumbling across EP Thompson's *The Making of the English Working Class* in a bookshop. I had no idea about its cultural significance or its place in historiographic debates. I would not have known what "historiography" meant, or even that such a thing existed. But I can still sense the thrill in opening the book and reading in the first paragraph: "The working class did not rise like the sun at an appointed time. It was present at its own making." I did not know it was possible to write about history in that way.

I still have that old, battered, pencil-marked Pelican edition with George Walker's engraving of a Yorkshire miner on the cover; a book into which I continue to dip, for the sheer pleasure of Thompson's prose and because every reading provides a fresh insight.

Were Thompson still alive, he would have been 100 on Saturday. The occasion was marked by a [small conference](#), in Halifax, a town in which Thompson lived for many years, while teaching in Leeds and writing his book. But beyond that, there has been little fanfare.

Thompson's most influential work was written at the high tide of working-class influence in British politics. Today, the old industrial working class, about the making of which Thompson wrote, has largely been unmade, politically marginalised and stripped of its social power. Few regard class as a fertile concept in historical thinking, fewer still as a

foundation for progressive politics. Yet the very shifts that have led to the contemporary neglect of Thompson also make his arguments significant.

At the heart of Thompson's book is a reimagining of class and class consciousness. Class, he wrote, was "not a thing", or a "structure", but a "historical phenomenon" through which the dispossessed "as a result of common experiences (inherited or shared), feel and articulate the identity of their interests as between themselves, and as against other men whose interests are different from (and usually opposed to) theirs".

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2024/feb/04/what-legendary-historian-tells-us-about-contempt-for-todays-working-class-ep-thompson>

11. How does EP Thompson describe class in his work?

- a) Class is a static structure unaffected by historical events.
- b) Class is an individualistic phenomenon.
- c) Class is solely determined by inherited wealth.
- d) Class is a dynamic historical phenomenon shaped by common experiences.
- e) Class is irrelevant in historical analysis.

12. What is the current state of the working class, according to the passage?

- a) The working class is more powerful than ever before.
- b) The working class has completely disappeared from society.
- c) The working class remains politically influential.
- d) The working class has gained significant social status.
- e) The working class has been marginalized and stripped of social power.

13. The author mentions Harry Potter in order to:

- a) Criticize this kind of book.
- b) Declare that this kind of book gets teenagers attention.
- c) Express his appreciation for this book.
- d) Say that it is unrealistic.
- e) Represent the working class.

14. READ THE SENTENCE BELOW.

Were Thompson still alive, he would have been 100 on Saturday.

The sentence above expresses:

- a) Condition
- b) Opposition
- c) Alternative
- d) Conclusion
- e) Result

15. READ THE SENTENCE BELOW.

Yet I can even now picture myself first stumbling across EP Thompson's *The Making of the English Working Class* in a bookshop.

The word YET could be replaced by

- a) Thus
- b) Although
- c) Moreover
- d) But
- e) Perhaps

DIREITO CONSTITUCIONAL*Emerson Bruno*

16. Nos termos da Constituição de 1988, o direito de propriedade é um direito

- a) social, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.
- b) social, pois não possibilita ao proprietário dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse
- c) individual, que impede qualquer tipo de intervenção do Estado.
- d) individual absoluto, que possibilita ao proprietário sempre dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse.
- e) individual relativo, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.

17. Um auditor independente presta serviços para diversos clientes, pessoas físicas e jurídicas. Um dos seus clientes é comunicado do início de procedimento administrativo para apurar o lançamento de créditos na sua contabilidade. Em decorrência do referido procedimento, houve autuação realizada pelo agente fazendário. Examinando os documentos que lhe foram remetidos, entende que a autuação não deve prosperar, pois houve pagamento dos tributos indicados no auto de infração, consoante comprovantes que lhe foram remetidos. Diante de tal hipótese, esse auditor formula parecer técnico indicando o meio judicial adequado, que tem de ser a ação de

- a) habeas corpus
- b) habeas data
- c) mandado de segurança
- d) ação popular
- e) mandado de injunção

18. A Constituição Federal estabelece como condição de elegibilidade:

- a) ter mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se for militar.
- b) ter domicílio eleitoral na circunscrição.
- c) ter idade mínima de 30 (trinta) anos para Prefeito.
- d) ter idade máxima de 75 (setenta e cinco) anos para qualquer cargo.
- e) ser brasileiro nato para Deputado Federal.

19. A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição Federal, entre os quais se inclui a determinação de que é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a) Senador Federal.
- b) Governador de Estado.
- c) Oficial das Forças Armadas.
- d) Ministro de Estado da Justiça.
- e) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

20. Um servidor público efetivo da União Federal, tendo assumido o cargo após aprovação em concurso público, em determinado momento, autorizado por lei, passou a ocupar cargo de Deputado Federal após ser eleito. Nos termos da Constituição Federal, o detentor de mandato eletivo é remunerado pelo regime do

- a) salário mensal
- b) vencimento anual
- c) abono bimensal
- d) subsídio fixado em parcela única
- e) adicional de representação semestral

**O ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL.
PLANO PLURIANUAL. DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS. ORÇAMENTO ANUAL.
OUTROS PLANOS E PROGRAMAS.***Gabriela Zavadinack*

21. Conforme preceitua a Constituição Federal, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais

- a) devem estar contidos no Plano Plurianual.
- b) devem estar contidos apenas na Lei Orçamentária Anual, pois configuram planos de curto prazo.
- c) devem ser elaborados em consonância com o Plano Plurianual.
- d) devem estar previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a fim de serem colocados em prática.
- e) não precisam observar os instrumentos de planejamento orçamentário.

22. A respeito dos Orçamentos, com base na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A lei orçamentária anual será formada pelos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento, bem como conterá a evolução do patrimônio líquido, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- b) A lei de diretrizes orçamentárias, diferentemente das outras leis orçamentárias, será definida por lei complementar.
- c) A lei de diretrizes orçamentárias conterá, em anexo, o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.
- d) O plano plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- e) A lei orçamentária anual será acompanhada das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

23. A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui diversas funções delimitadas pela Constituição Federal de 1988 e teve sua importância aumentada após a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual ampliou o rol de funções dessa lei. Das alternativas abaixo, é correto afirmar que compete à lei de diretrizes orçamentárias:

- a) dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- b) conter, em anexo, previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- c) prever os limites de despesa com pessoal dos Poderes e órgãos.
- d) estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- e) dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Elisabete Moreira*

24. O governo não é mais um ator autônomo na implementação de políticas, tornando-se dependente do setor privado e do terceiro setor para cumprir seus objetivos. São formas de interface do Estado brasileiro com organizações não-estatais e atores sociais, respectivamente, para a execução e discussão das políticas públicas, exceto:

- a) Parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Conselhos Setoriais.
- b) Contrato de Gestão com Organizações Sociais e práticas de Orçamento Participativo.
- c) Parcerias Público-Privadas e realização de Audiências Públicas.
- d) Consultas Públicas com o uso de tecnologias de informação e comunicação e Termos de Parceria.
- e) Contrato de Concessão e organização de Conferências de Políticas Públicas.

25. A fase de implementação de uma política pública está relacionada com colocar os planos em ação, propriamente dito e pode ser conduzida conforme o modelo de baixo para cima – *bottom-up*, que apresenta a seguinte característica

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

26. A avaliação das políticas, programas e projetos implementados pela Administração pública pode ser realizada segundo três metodologias básicas: avaliação de metas, avaliação de impacto e avaliação de processo. A avaliação de

- a) metas tem como objetivo medir o grau de êxito que um programa ou projeto obtém em relação ao processo e ao seu impacto.
- b) metas e de impacto ocorrem concomitantemente à implementação do programa ou projeto.
- c) impacto tem como objetivo identificar os efeitos produzidos sobre a população-alvo do programa ou projeto e produzir dados para reprogramação das ações.
- d) processo tem como objetivo medir o grau de cobertura do programa ou projeto, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e produzir dados para a reprogramação das ações.
- e) processo ocorre simultaneamente com a avaliação de metas.

27. Segundo a tipologia de Lowi (1964), as políticas públicas podem ser categorizadas de 04 formas diferentes, como: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. Usando essa tipologia, é possível afirmar que um exemplo de política regulatória seria

- a) Proibição de fumo em estabelecimentos fechados.
- b) Cotas para o ensino superior.
- c) Direito ao pagamento de meia-entrada em atividades culturais e esportivas aos estudantes.
- d) Programa de transferência de renda.
- e) Vacinação prioritária em idosos.

REALIDADE BRASILEIRA ATUAL*Leandro Signori*

28. Nas décadas de 1980 e 1990, a estrutura produtiva brasileira passou por um processo de transição, em que se destacou a adoção do modelo econômico neoliberal. Assinale a alternativa que melhor descreve os impactos dessa transição:

- a) Aumento do protecionismo estatal sobre a indústria nacional, resultando em uma maior diversificação de marcas e produtos industriais.
- b) Redução do desemprego estrutural devido à modernização tecnológica e à intensificação da mão de obra na indústria.
- c) Desconcentração industrial apenas nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o Sudeste manteve sua posição como principal polo industrial do país.
- d) Desindustrialização precoce, com a perda de relevância do setor industrial na economia brasileira e o aumento da participação do setor agrícola.
- e) Fortalecimento do setor de serviços e aumento da competitividade da indústria nacional devido ao investimento em inovação tecnológica.

29. Diante da crescente relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no cenário global, o Brasil se depara com desafios significativos para atingir essas metas. Considerando essa realidade, assinale a alternativa que não corresponde a um dos desafios enfrentados pelo Brasil no cumprimento dos ODS:

- a) O expressivo contingente populacional vivendo abaixo da linha da pobreza.
- b) A expansão da matriz elétrica baseada em fontes renováveis.
- c) A necessidade de combater a mudança do clima e seus impactos.
- d) A preservação e a promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres.
- e) O aumento da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

30. O Brasil conta com uma rica diversidade de biomas, que são ecossistemas característicos de uma determinada região. Dentre esses biomas, destaca-se a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, e o Cerrado, segundo maior bioma brasileiro em extensão territorial. Diante da importância desses ecossistemas para a manutenção da biodiversidade e para a regulação do clima, torna-se crucial adotar medidas que visem ao uso racional, à conservação e à recuperação dessas áreas.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma prática que contribui para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos biomas brasileiros:

- a) Desenvolvimento de projetos de mineração em áreas protegidas.
- b) Introdução de espécies exóticas para aumentar a diversidade biológica.
- c) Exploração seletiva de madeira, seguindo critérios de manejo florestal sustentável.
- d) Implementação de monoculturas extensivas para aumentar a produção agrícola.
- e) Aumento do uso de agrotóxicos para o controle de pragas nas lavouras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO E LICITAÇÕES E CONTRATOS***Thállius Moraes*

31. Quando um ente federado transfere a execução e a titularidade de um serviço para uma autarquia, ocorre a chamada

- a) Desconcentração.
- b) Descentralização por serviços.
- c) Concentração.
- d) Descentralização por colaboração.
- e) Centralização.

32. Acerca dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) A proibição constitucional de utilização de símbolos e imagens que caracterizem a promoção pessoal de servidores públicos, durante as campanhas dos órgãos públicos decorre do princípio da impessoalidade.
- b) A exigência constitucional de concurso público para a investidura em cargo público efetivo está relacionada ao princípio da impessoalidade.
- c) O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública é regida autonomia da vontade, podendo praticar todos os atos que não sejam proibidos por lei.
- d) A possibilidade de um servidor público estável perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho traduz-se na aplicação do princípio da eficiência.
- e) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

33. A extinção do ato administrativo que é aplicada quando o ato não é compatível com a nova legislação denomina-se

- a) cassação.
- b) revogação.
- c) contraposição.
- d) anulação.
- e) caducidade.

34. Acerca do procedimento de decisão coordenada estabelecido na Lei 9.784/99, assinale a alternativa incorreta.

- a) Eventual dissenso na solução do objeto da decisão coordenada deverá ser manifestado no prazo de cinco dias.
- b) A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
- c) Haverá, sempre que necessário, a utilização da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.
- d) Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos
- e) Nas reuniões realizadas não poderá ser arguida matéria estranha ao objeto da convocação.

35. Os atos administrativos são praticados pela Administração Pública no desempenho de sua função administrativa. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Conforme a teoria dos motivos determinantes, todos os atos administrativos devem ser motivados, de forma que se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato será ilegal.
- b) São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.
- c) O silêncio administrativo produz efeitos de concordância, salvo nos casos vedados pela lei.
- d) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
- e) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.

36. Levando em consideração as disposições atinentes aos poderes da administração, analise os próximos itens.

I – Quando o agente busca alcançar um fim diverso daquele que a lei lhe permitiu ocorre abuso de poder, na modalidade excesso de poder.

II - Em relação ao poder de polícia, é possível que atos relativos à aplicação de penalidades possam ser delegados às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

III – A Administração pública, ao editar atos normativos, com o intuito de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados atua no exercício do poder hierárquico.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

37. Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, independente da configuração de dolo ou culpa na sua conduta.
- b) O servidor que, no exercício da função, causar dano a um terceiro, poderá responder juntamente com o Estado na ação indenizatória, caso tenha agido com dolo ou culpa.
- c) Para a responsabilização estatal é irrelevante que a conduta tenha sido comissiva ou omissiva.
- d) A participação da vítima para a ocorrência do evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilização estatal.
- e) Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

38. Assinale a alternativa que contém um caso em que o Estado NÃO será responsabilizado civilmente de forma objetiva.

- a) Danos causados por usurpador de função.
- b) Danos causados a terceiros não usuários do serviço público.
- c) Danos causados por agentes putativos.
- d) Danos causados por cartorários.
- e) Danos causados a detento sob custódia do Estado.

39. Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Entre os vários instrumentos existente para o controle administrativo da Administração Pública, são admitidos a representação, a reclamação, o mandado de segurança e o recurso administrativo.
- b) O controle externo das finanças públicas que cabe ao Poder Legislativo é realizado com o auxílio do Ministério Público de cada ente da Federação.
- c) Com base na autotutela administrativa, a Administração Pública, ao realizar o controle de legalidade de seus atos, poderá revogá-los por critérios de conveniência e oportunidade.
- d) Cabe somente à Administração Pública a possibilidade de revogar os próprios atos, por critérios de conveniência e oportunidade, mediante o controle de mérito administrativo.
- e) Não cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

40. Acerca do processo administrativo federal, regulado pela Lei 9.784/99, o prazo que a Administração possui para anular um ato ilegal, mas que produziu efeitos favoráveis ao seu destinatário,

- a) prescreve em cinco anos, salvo em caso de má-fé.
- b) prescreve em cinco anos, independentemente de boa-fé do destinatário.
- c) prescreve em três anos, salvo em caso de má-fé.
- d) decai em cinco anos, independentemente de boa-fé do destinatário.
- e) decai em cinco anos, salvo em caso de má-fé.

41. A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que

- a) a vedação ao sigilo do procedimento de licitação é obrigatória, sendo todos os atos praticados essencialmente públicos, salvo decisão judicial.
- b) as contratações integradas prescindem da elaboração de projeto básico, podendo ser licitadas e contratadas somente com projeto executivo.
- c) a aquisição de artigos de luxo somente pode ser feita nas hipóteses em que o cronograma de entrega seja mais eficiente que no caso de artigos comuns.
- d) a fase preparatória ou de planejamento da licitação demanda, além da necessidade de motivação da contratação, análise dos riscos que eventualmente possam comprometer o sucesso do certame.
- e) dos atos da Administração decorrentes da aplicação dessa lei cabe recurso, no prazo de 5 dias úteis, contado da data de intimação, em face de anulação ou revogação da licitação.

42. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos), não se subordina ao regime desta Lei:

- a) concessão e permissão de uso de bens públicos.
- b) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- c) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- d) locação.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

43. Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de

- a) realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
- b) realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
- c) inexigibilidade de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
- d) inexigibilidade ou dispensa de licitação.
- e) licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.

44. Determinado órgão público pretende alienar imóveis que se encontram desocupados e sem destinação a qualquer órgão público. Após consultar o departamento jurídico, foi informado corretamente que, segundo regramento estabelecido pela Lei nº 14.133/2021,

- a) são necessárias avaliação prévia, autorização legislativa e licitação, adotando a modalidade leilão para a alienação desses imóveis, independentemente da origem de sua origem.
- b) não são necessárias a avaliação prévia e a autorização legislativa quando tais imóveis forem oriundos de dação em pagamento.
- c) não são necessárias a avaliação prévia e a autorização legislativa quando tais imóveis forem oriundos de procedimentos judiciais.
- d) são necessárias avaliação prévia e autorização legislativa quando tais imóveis forem oriundos de dação em pagamento, sendo, contudo, dispensada a licitação nesse caso.
- e) embora seja dispensada a autorização legislativa para a alienação de bens imóveis oriundos de procedimentos judiciais, é exigida a avaliação prévia e licitação na modalidade leilão, cuja dispensa se dará apenas de forma excepcional.

45. O setor competente da Câmara dos Deputados celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Ômega, cujo objeto era prestação de serviços de limpeza. Após alguns meses, em função da instituição de teletrabalho dos servidores e desativação de alguns setores, o órgão decidido, unilateralmente, pela redução dos quantitativos originalmente contratados. A empresa Ômega insurgiu-se contra a redução, alegando alteração do objeto licitado e desequilíbrio econômico-financeiro. Na situação apresentada, de acordo com as disposições da Lei 14.133/21, a contratada

- a) está obrigada a aceitar a alteração unilateral, desde que limitada a 25% do valor inicial original atualizado do contrato.
- b) está obrigada a aceitar a alteração unilateral, desde que limitada a 50% do valor inicial original atualizado do contrato.
- c) deve ser indenizada em função de lucros cessantes, independentemente do percentual de redução do objeto.
- d) não estará obrigada a acatar quaisquer supressões impostas pela Administração, as quais somente podem ser implementadas consensualmente.
- e) está correta, pois apenas acréscimos quantitativos inserem-se na prerrogativa de alteração unilateral pela Administração.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Gabriela Zavadinack*

46. O princípio orçamentário segundo o qual é possível conhecer o exato volume global das despesas projetadas pelo governo, bem como garantir que todos os órgãos e unidades da administração pública estejam contemplados no orçamento é

- a) o princípio da totalidade.
- b) o princípio da universalidade.
- c) o princípio da economicidade orçamentária.
- d) o princípio da exclusividade.
- e) o princípio da transparência.

47. Sobre o orçamento-programa, considere os seguintes itens:

- I. Há relação entre os meios e os recursos em função dos objetivos e metas específicos a se atingirem num período determinado.
- II. Seu controle visa a avaliar, principalmente, a legalidade no cumprimento do orçamento.
- III. As decisões orçamentárias são tomadas com base nas necessidades financeiras das unidades organizacionais.
- IV. A definição prévia de objetivos é um pressuposto básico para a adoção do orçamento-programa.
- V. Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.

São características do orçamento-programa:

- a) Os itens I, II, III, IV e V.
- b) Apenas os itens I, II e IV.
- c) Apenas os itens II e III.
- d) Apenas os itens I e IV.
- e) Apenas os itens I, IV e V.

48. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, pois esse instrumento de planejamento é responsável pela previsão de receitas e fixação de despesas, com o objetivo de concretizar os objetivos dos programas previstos no Plano Plurianual. Sobre a LOA, assinale a afirmativa correta, com fundamento no texto da Constituição Federal

- a) A LOA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.
- b) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, exceto fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) A LOA estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- d) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos adicionais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- e) A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

49. Os créditos adicionais configuram importante mecanismo na execução orçamentária e são entendidos como autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, conforme estabelecido na Lei nº 4.320, de 1964. Nesse contexto, suponha que, em junho de 2022, um gestor de um Estado da federação verificou que a dotação orçamentária no crédito orçamentário destinado a serviços de terceiros mostrou-se insuficiente para o empenho de despesa com a pintura de unidade administrativa do governo. Assim, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, para a abertura do crédito adicional para a execução da despesa em junho de 2022, o ente público poderia utilizar, como fonte de recursos,

- a) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de maio de 2022.
- b) os provenientes de economia orçamentária.
- c) a anulação parcial de um crédito adicional especial.
- d) o superávit financeiro apurado em balanço financeiro de 31/12/2021.
- e) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

50. O ciclo orçamentário é composto por algumas fases, dentre elas a execução orçamentária. É nesse momento que o orçamento é efetivamente colocado em prática e que o Governo executará as despesas com vistas a atingir os objetivos propostos no PPA, priorizados na LDO e quantificados na LOA. Sobre a execução do orçamento, e com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- a) Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas bimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- b) Até quinze dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- c) Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- e) Na execução orçamentária e financeira, é vedada a identificação dos beneficiários de pagamento de sentenças judiciais.

51. Suponha que, no decorrer do processo de votação do Orçamento da União, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, tenha sido incluída emenda individual parlamentar de caráter impositivo, cujos recursos serão repassados por transferência com finalidade definida. Nesse caso, afirma-se corretamente que

- a) Os recursos serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União.
- b) Os recursos serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio.
- c) Os recursos poderão ser utilizados para pagar encargos sociais relativos a pensionistas.
- d) Os recursos pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira.
- e) Pelo menos 70% dos recursos deverão ser aplicados em despesas de capital.

52. O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI tem como intuito prover de mecanismos adequados ao registro e controle diário da gestão orçamentária, financeira e contábil. Ele se apresenta como principal ferramenta para os órgãos Central, Setorial, Seccional e Regional do Sistema de Controle Interno, bem como para os órgãos executores. São objetivos do SIAFI, nos termos da Instrução Normativa nº 30 de 2021:

- 1) Fornecer meios para agilizar a programação financeira, com vistas a otimizar a utilização dos recursos do Tesouro Nacional.
- 2) Integrar e compatibilizar as informações disponíveis nos diversos Órgãos e Entidades participantes do sistema.
- 3) Permitir que a contabilidade aplicada ao setor público seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinada a todos os níveis da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
- 4) Permitir aos segmentos da sociedade obterem a necessária transparência dos gastos públicos.

Estão corretas:

- a) as assertivas 1 e 3.
- b) as assertivas 2 e 3.
- c) as assertivas 1, 2 e 4.
- d) as assertivas 1, 3 e 4.
- e) todas as assertivas.

53. Conforme prescrito na Lei nº 4.320/64, os estágios da despesa pública incluem o empenho, a liquidação e o pagamento que são realizados pelo Poder Público a fim de concretizar suas atividades e satisfazer as necessidades públicas. Acerca do tema, é correto afirmar:

- a) Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho da despesa.
- b) Em casos excepcionais, previstos na legislação de regência, o pagamento da despesa poderá ser efetuado antes da regular liquidação.
- c) O empenho de uma despesa decorrente de contrato de aluguel será realizado por estimativa.
- d) A liquidação da despesa consiste no despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- e) Não é permitido o empenho global de despesas.

54. Se uma despesa foi regularmente empenhada dentro do exercício financeiro de X1, mas não foi liquidada nem paga até o dia 31 de dezembro de X1, então é correto afirmar que:

- a) será necessariamente cancelada, a fim de que seja paga no exercício seguinte como “despesas de exercícios anteriores”.
- b) deverá ser inscrita em restos a pagar processados.
- c) poderá ser inscrita em restos a pagar não processados.
- d) deverá ser cancelada, pois a liquidação não ocorreu.
- e) deverá ser paga no dia 31 de dezembro de X1, ainda que a liquidação não tenha ocorrido.

55. O suprimimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Sobre esse tipo de despesa, assinale a afirmativa correta:

- a) Representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, ocorre redução no patrimônio líquido.
- b) É vedado conceder suprimimento de fundos a servidor que já seja responsável por dois adiantamentos.
- c) O suprimimento de fundos não é considerado como despesa orçamentária, pois não passa pelo estágio do empenho.
- d) É utilizado para atender as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro.
- e) É utilizado para atender a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, mas somente verificado o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

56. Despesas de exercícios anteriores são despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento. Sobre essa espécie de despesa, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento de despesas de exercícios anteriores é considerado como despesa extraorçamentária, visto que o empenho encontra-se em exercício diverso daquele em que ocorrerá o pagamento.
- b) O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.
- c) É utilizada para despesas que se tenham processado na época própria e que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.
- d) É utilizada quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.
- e) É utilizada para atender a despesas eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.

57. A renúncia de receita regulada pela Lei de Responsabilidade Fiscal

- a) pode ser compensada por meio da diminuição permanente de despesas.
- b) compreende anistia, remissão, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral e outros benefícios que correspondam a tratamento igualitário e impessoal.
- c) tem como um de seus requisitos indispensáveis a demonstração, pelo proponente, de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.
- d) tem como um de seus requisitos indispensáveis a demonstração de medidas de compensação.
- e) deve, necessariamente, estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

58. Após analisar o texto da Lei de Responsabilidade Fiscal, um servidor lotado na área de orçamento e finanças de um órgão público federal, ao efetuar o cálculo da despesa com pessoal deste órgão, corretamente deixou de fora a seguinte despesa:

- a) vantagens variáveis e vantagens pessoais de qualquer natureza.
- b) com inativos e pensionistas quanto à parcela custeada por recursos provenientes de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência.
- c) valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.
- d) encargos sociais e contribuições patronais.
- e) adicionais e gratificações.

59. Conforme o art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Acerca desse mecanismo, afirma-se corretamente que

- a) não é obrigatória a existência de dotação específica para a realização de transferência voluntária.
- b) uma transferência voluntária pode ser realizada para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista.
- c) Se um ente da federação estiver proibido de receber transferências voluntárias, por ter descumprido regra da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele também não poderá receber essas transferências para ações de educação e saúde, haja vista ser vedação absoluta.
- d) No caso de transferência voluntária, o ente receptor deve registrar a receita orçamentária apenas no momento da efetiva transferência financeira, pois sendo uma transferência voluntária não há garantias reais da transferência.
- e) O ente beneficiário da transferência deve comprovar a sua adimplência frente ao ente federativo transferidor, mas não há necessidade de comprovar previsão orçamentária de contrapartida.

60. Dois instrumentos de grande importância no contexto da transparência orçamentária são o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Sobre esses documentos, com fundamento nos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O RGF, quando for o caso, apresentará justificativas da limitação de empenho e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.
- b) O RREO é composto de balanço orçamentário e de demonstrativo da execução relativos a receitas e despesas.
- c) O RGF é emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos e contera o comparativo com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal dos montantes da despesa total com pessoal, da dívida, das concessões de garantia e das operações de crédito.
- d) O RREO será acompanhado de demonstrativos relativos à apuração da receita corrente líquida e das receitas e despesas previdenciárias, entre outros.
- e) O RGF do Poder Judiciário contera apenas o comparativo com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal do montante da despesa total com pessoal, as medidas corretivas adotadas ou a adotar e os demonstrativos do último quadrimestre.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

61. A NBC TSP Estrutura Conceitual fornece diversas bases de mensuração dos ativos e passivos das entidades do setor público, bem como orienta na seleção dessas bases. Assinale a opção que indica uma base de mensuração aplicável tanto a ativos como passivos.

- a) Custo de liberação
- b) Valor em uso
- c) Custo Histórico
- d) Valor recuperável
- e) Custo de reposição

62. O Município Audazes dos Pampas efetuou o levantamento de uma classe de ativos imobilizados a fim de realizar o teste de recuperabilidade. Nesse sentido, foram identificados os seguintes valores:

Valor líquido contábil	R\$	1.600.000,00,
estando 50% depreciados.		

Valor em Uso	R\$	1.520.000,00
--------------	-----	--------------

Valor de Mercado	R\$	1.460.000,00
------------------	-----	--------------

Custos de Alienação	20%
---------------------	-----

Com base nessas informações e nas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, o valor que deve ser reconhecido como perda por desvalorização é

- a) R\$ 800.000,00.
- b) R\$ 359.000,00.
- c) R\$ 140.000,00.
- d) R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 60.000,00.

63. Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, assinale a opção que indica, no âmbito da natureza de informação de controle, o lançamento contábil do empenho da despesa referente à contratação de serviços.

- a) Debita-se “DDR Comprometida por Empenho” e credita-se “Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)”.
- b) Debita-se “Crédito Disponível” e credita-se “Crédito Empenhado a Liquidar”.
- c) Debita-se “Crédito Empenhado a Liquidar” e credita-se “Crédito Disponível”.
- d) Debita-se “Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)” e credita-se “DDR Comprometida por Empenho”.
- e) Debita-se “Variação Patrimonial Diminutiva” e Credita-se “Obrigação a Pagar”.

64. O Estado Audazes do Sul apresentou as seguintes informações ocorridas no exercício de 20X1:

- Despesa de R\$ 10.000,00 empenhada em junho, liquidada em agosto e paga em setembro.
- Despesa de R\$ 4.000,00 empenhada, liquidada e paga em setembro.
- Despesa de R\$ 8.000,00 empenhada em agosto, liquidada e paga em novembro.
- Receita de R\$ 60.000,00 lançada em junho e arrecadada em setembro.
- Receita de R\$ 12.000,00 lançada em setembro e arrecadada em outubro.
- Receita de R\$ 14.000,00 executada em setembro.

Assinale a opção que indica o resultado orçamentário apurado no mês de setembro de 20X1, nos termos da Lei n. 4.320/64:

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 56.000,00
- c) R\$ 64.000,00
- d) R\$ 70.000,00
- e) R\$ 72.000,00

65. Uma entidade do setor público possui dotação prevista em seu orçamento para constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. Nos termos da Lei n. 4.320/64, essa entidade deverá classificar a respectiva dotação como:

- a) Transferências Correntes
- b) Inversões Financeiras
- c) Investimentos
- d) Despesa de Custeio
- e) Transferências de Capital

66. O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes variações patrimoniais referentes ao exercício financeiro de 20X1:

Variações	R\$
Pessoal e Encargos	200.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	50.000,00
Contratação de operação de Crédito	25.000,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	75.000,00
Contribuições	15.000,00
Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	60.000,00
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	40.000,00
Transferências e Delegações Recebidas	80.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	10.000,00
Aquisição de veículo a prazo	100.000,00

Com base nessas informações, o resultado patrimonial do exercício de 20X1 apresentado pelo município foi:

- a) deficitário em R\$ 160.000,00
- b) superavitário em R\$ 240.000,00
- c) deficitário em R\$ 260.000,00
- d) deficitário em R\$ 285.000,00
- e) superavitário em R\$ 280.000,00

67. Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em efetiva e não efetiva. Assinale a opção que indica um exemplo de despesa efetiva:

- a) investimentos
- b) inversões financeiras
- c) despesa com adiantamentos
- d) transferências de capital
- e) aquisição de materiais para estoque

68. Acerca da NBC TSP Estrutura Conceitual, analise as assertivas a seguir:

I – Sobre a restrição inerente à informação contábil, para que as informações consigam alcançar os objetivos propostos, em alguns casos, há necessidade do chamado equilíbrio ou compensação (trade-off) entre as características qualitativas.

II – No âmbito público, diferente do setor privado, a comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos princípios e da mesma base de elaboração, sendo de período a período ou em um único período, no mesmo ente.

III – A verificabilidade (suportabilidade) é a qualidade da informação que presta auxílio aos usuários sobre os fenômenos econômicos que se propõe representar.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e III, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

69. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a DFC é composta pelos seguintes quadros, exceto:

- a) Quadro Principal
- b) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- c) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
- d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida
- e) Quadro de Entradas e Saídas Extraorçamentárias de Caixa

70. O objeto da Contabilidade Pública é o patrimônio público, que engloba os bens públicos. Acerca do assunto, assinale a opção correta:

- a) os bens de uso especial compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- b) os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, não dispondo a lei em contrário, são classificados como bens de uso comum do povo.
- c) os bens de uso comum do povo podem ser entendidos como os de domínio público, desde que sejam construídos por pessoas jurídicas de direito público.
- d) os bens de uso comum do povo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural.
- e) os bens dominiais compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas.

GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES*Stefan Fantini*

71. Em determinada organização, o administrador se baseia na teoria situacional de Hersey e Blanchard para liderar seus subordinados.

Seguindo essa teoria, ao reconhecer que possui subordinados altamente capacitados e desmotivados, o administrador deve assumir o estilo de liderança chamado de

- a) dirigir
- b) persuadir
- c) orientar
- d) delegar
- e) participar

72. No âmbito da Gestão de Pessoas, os empregados da organização são considerados

- a) patrimônio físico da organização.
- b) sujeitos passivos da ação organizacional.
- c) recursos patrimoniais da organização.
- d) recursos financeiros da organização.
- e) patrimônio intelectual fornecedores de competências.

73. João das Neves, funcionário da organização SF123, foi promovido a gerente. A promoção foi muito mal aceita pelos demais membros da equipe, que não acreditavam que ele tinha mérito para ser promovido a gerente. A equipe desempenha tarefas desestruturadas e trabalha sem qualquer meta definida. João das Neves, enquanto novo gerente, não terá qualquer autonomia para recompensar o bom desempenho dos subordinados, e nem poderá solicitar substituições de funcionários que não apresentem bons resultados.

Na situação descrita, de acordo com a teoria da liderança contingencial de Fiedler, o estilo de liderança mais eficaz será o:

- a) orientado para o relacionamento;
- b) persuasivo;
- c) orientado para a tarefa.
- d) transformacional;
- e) diretivo;

74. De acordo com Bruce Tuckman, durante o seu desenvolvimento os grupos passam por 05 fases diferentes, são elas, respectivamente:

- a) normatização, desempenho, adiamento, formação e turbulência.
- b) turbulência, normatização, formação, desempenho e interrupção.
- c) turbulência, normatização, desempenho, formação e interrupção.
- d) formação, turbulência, normatização, desempenho e interrupção.
- e) formação, turbulência, desempenho, adiamento e normatização.

75. Competência pode ser definida como o conjunto de

- a) autoridade, reponsabilidade e atitude.
- b) liderança, motivação e comunicação.
- c) presteza, atitude e autoridade.
- d) conhecimentos, autoridade e liderança.
- e) conhecimentos, habilidades e atitudes.

76. Avaliar o desempenho das organizações é algo muito importante. Todas as organizações são sistemas de recursos que perseguem objetivos. Sendo assim, o desempenho de uma organização pode ser avaliado pela medida em que os objetivos são realizados.

Assinale a alternativa que apresenta o nome da dimensão associada ao atingimento dos objetivos, isto é, associada ao fazer a coisa certa, fazer aquilo que deve ser feito para que os objetivos sejam alcançados.

- a) eficiência
- b) eficácia
- c) efetividade
- d) excelência
- e) economicidade

77. Assinale a opção que apresenta o processo de gestão de pessoas que é utilizado para capacitar e incrementar o desenvolvimento profissional e pessoal das pessoas.

- a) agregar
- b) aplicar
- c) recompensar
- d) desenvolver
- e) manter

78. Assinale a opção que apresenta a ferramenta de avaliação de desempenho em que o indivíduo é avaliado por diversos atores diferentes, tais como seus subordinados, chefes, clientes, fornecedores, pares e, inclusive, por ele próprio (autoavaliação).

- a) Avaliação por ciclos
- b) Avaliação por resultados
- c) Avaliação por objetivos
- d) Avaliação 360°
- e) Avaliação sustentável

79. Mário Bros é um funcionário pouco produtivo. Ao fazer a avaliação de desempenho de Mário Bros, João das Neves estendeu uma avaliação negativa para todos os itens da avaliação, em virtude da baixa produtividade de Mário Bros, sem realizar uma análise adequada de cada um dos fatores analisados separadamente.

Em seu processo de avaliação, João das Neves incorreu no erro conhecido como

- a) efeito Halo
- b) efeito Horn
- c) leniência
- d) fadiga
- e) tendência central

80. João das Neves, responsável pela área de Educação a Distância de determinada organização, optou por instituir um curso multimídia, com textos e aulas gravadas, com o objetivo de que os funcionários pudessem realizar o curso no momento em que desejassem, ou seja, cada um no horário que fosse mais conveniente. O curso proposto por João das Neves é caracterizado como um curso on-line

- a) concomitante
- b) assíncrono
- c) síncrono
- d) tempestivo
- e) simultâneo

81. As competências _____ são aquelas relacionadas à manutenção e sobrevivência da organização, ou seja, são competências indispensáveis à administração eficaz do negócio da organização. As competências _____, por sua vez, se referem às competências necessárias à “diferenciação” da organização, ou seja, trata-se das “competências coletivas” que geram “diferenciação” para a organização em relação aos seus concorrentes.

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas, respectivamente:

- a) essenciais; básicas
- b) essenciais; terceirizáveis
- c) básicas; emergentes
- d) emergentes; básicas
- e) básicas; essenciais

82. A(O) _____ pode ser definida(o) como um conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho.

Marque a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) cultura organizacional
- b) clima organizacional
- c) imagem organizacional
- d) segmentação organizacional
- e) organograma organizacional

83. João das Neves é gestor de determinada equipe. Em situações de conflito, João das Neves busca fazer com que cada um “ceda um pouco”, aceitando soluções razoáveis, em que ambos irão obter ganhos e perdas.

A abordagem de administração de conflitos utilizada por João das Neves é chamada de:

- a) colaboração;
- b) evitação;
- c) acomodação;
- d) concessão;
- e) competição.

84. João das Neves é um líder que trabalha principalmente para satisfazer as necessidades e apoiar seus subordinados, fornecendo os recursos necessários à realização do trabalho e ao alcance das metas e objetivos organizacionais.

Pode-se dizer que João das Neves é um líder

- a) carismático
- b) visionário
- c) servo
- d) transacional
- e) transformacional

85. João das Neves é um líder que cria e articula uma estratégia a longo prazo para alcançar um objetivo realista, crível e atraente para o futuro, explicando essa visão para os outros, não apenas verbalmente, mas também por meio de comportamentos.

Pode-se dizer que João das Neves é um líder

- a) carismático
- b) visionário
- c) servo
- d) transacional
- e) transformacional

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICOS*Elisabete Moreira*

86. O planejamento estratégico é uma metodologia de planejamento gerencial de longo prazo, cuja principal funcionalidade é estabelecer a direção a ser seguida pela organização. Uma das etapas relevantes da sua implementação é a definição de questões, objetivos e estratégias, sendo que

- I. a definição dos objetivos organizacionais antecede a das questões estratégicas.
- II. as metas representam as partições dos objetivos a serem alcançadas no curto prazo.
- III. a estratégia corresponde ao caminho mais adequado a ser percorrido para alcançar os objetivos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) III.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

87. O IPEA está elaborando o seu planejamento estratégico e os responsáveis pela condução do trabalho estão reunindo os servidores para discutir acerca da missão do órgão. Assinale a opção que apresenta as características dessa etapa.

- a) Apresentação dos princípios e crenças basilares do órgão.
- b) Panorama dos desafios e oportunidades; pontos fortes e pontos fracos.
- c) Exposição das forças e fraquezas do órgão; desafios e oportunidades.
- d) Propósito e essência do órgão.
- e) Propósito futuro do órgão.

88. Planejamento, Organização, Direção e Controle (PODC) são quatro funções administrativas que formam o processo organizacional. O tipo de planejamento responsável por elaborar os cronogramas específicos, no qual são criados os métodos, procedimentos, normas, metas e programas é o

- a) Planejamento Operacional.
- b) Planejamento Tático.
- c) Planejamento Estratégico.
- d) Planejamento Consolidado
- e) Planejamento Situacional

89. Sobre Indicadores de Desempenho é correto afirmar:

- a) Uma das dimensões de análise é a eficiência, que avalia a relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional.
- b) Não servem de apoio à tomada de decisão.
- c) As variáveis componentes são dos indicadores são custo, tempo e qualidade.
- d) A utilização deles permite que as organizações consigam focar em todas as áreas e processos, levando a transformações estruturais e funcionais.
- e) Um exemplo de um indicador composto é o IDH, muito utilizado na gestão das políticas públicas.

90. Uma das áreas do conhecimento no gerenciamento de projetos é a que se refere aos aspectos de unificação, consolidação, articulação e ações agregadoras que são necessárias para que um projeto tenha sucesso. A qual área de conhecimento no gerenciamento de projetos o conceito acima se refere?

- a) Comunicações.
- b) Recursos Humanos.
- c) Integração
- d) Qualidade.
- e) Escopo.

91. Levando-se em consideração o Guia PMBOK, um determinado servidor, designado como gerente de um projeto de TI elaborou um planejamento com vistas a aprovação de seu patrocinador, que pediu para que o gerente refizesse o estudo e corrigisse um erro referente

- a) A estrutura analítica de projeto que retratava as entregas do projeto.
- b) A rede PERT que calculava o tempo probabilístico das atividades a serem realizadas.
- c) A curva de custo do projeto que se mostrava muito alta na fase de execução.
- d) A curva de influência dos stakeholders que tendia a zero no início do projeto.
- e) A rede CPM que apresentava o menor tempo de elaboração do projeto.

92. Acerca de técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos, considere:

- I. O processo primário não entrega valor direto ao cliente, mas apenas agrega valor aos colaboradores que lidam com clientes.
- II. O processo é caracterizado por possuir um tempo finito no desenvolvimento de suas atividades, além de não ser possível a sua repetição.
- III. O fluxograma é empregado para representar um processo de maneira esquemática.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) III

93. Modernamente, as organizações vêm adotando modelos de gestão focado no atendimento às demandas dos clientes, visando sempre a melhoria dos seus processos de negócio. Por isso, um determinado gestor de um órgão público decidiu iniciar a implementação de um modelo de gestão por processos e, nesse caso, deverá promover mudanças na estrutura e na cultura do órgão, como:

- a) o aumento dos níveis hierárquicos, a promoção de equipes de trabalho e a ênfase em funções e tarefas.
- b) o aumento dos níveis hierárquicos, a extinção das equipes de trabalho e o incentivo à multifuncionalidade.
- c) a redução de níveis hierárquicos, a extinção das equipes de trabalho e a ênfase em funções e tarefas.
- d) a redução de níveis hierárquicos, a extinção de equipes de trabalho e o incentivo à multifuncionalidade.
- e) a redução de níveis hierárquicos, a promoção de equipes de trabalho e o incentivo à multifuncionalidade.

94. Determinado funcionário de um banco foi designado para coletar dados sobre a ocorrência de problemas no atendimento ao público, tendo em vista que a pesquisa de avaliação realizada tinha mostrado resultados insatisfatórios. Para isso, ele recebeu do especialista em qualidade registros da ocorrência de eventos relacionados às possíveis causas que estariam provocando tal insatisfação, como excessivo tempo de espera na fila do caixa e falta de cortesia no atendimento, entre outras. Nesse caso, a ferramenta básica a ser utilizada pelo funcionário que permita organizar essas informações é denominada:

- a) histograma;
- b) folha de verificação;
- c) carta de controle;
- d) diagrama de Ishikawa;
- e) diagrama de Pareto.

95. Acerca das ferramentas de gestão de gestão de processos, aponte a alternativa que corresponde a descrição correta

- a) O histograma é utilizado para apresentar uma distribuição de frequência de determinado evento de forma gráfica, facilitando sua compreensão.
- b) O fluxograma é utilizado como checklist para verificar as tarefas concluídas e as incompletas, melhorando a organização.
- c) O 5W2H representa de forma esquemática os fluxos de trabalho realizados periodicamente, permitindo a descoberta de falhas.
- d) O digrama de Pareto estabelece as relações de causalidade entre situações, ajudando a prevenir consequências adversas.
- e) O gráfico de Ishikawa busca as melhores práticas aplicadas no setor, utilizando outras empresas como referencial.

96. A abordagem por processos constitui uma forma de gestão própria das organizações modernas, focada no cliente e na geração de valor. Nesse diapasão, processo corresponde a

- a) ação dotada de singularidade e temporalidade, com objetivos, indicadores e metas definidos.
- b) grupos organizados de pessoas atuando em uma mesma atividade ou em conjunto de atividades.
- c) um conjunto de atividades inter-relacionadas que transforma insumos (entradas) em produtos ou serviços (saída).
- d) ação de natureza estratégica, indicada pela cúpula da organização como orientadora da atuação institucional.
- e) forma de treinamento e capacitação de pessoal com foco em etapas críticas do processo produtivo.

97. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública do TCU (2020), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) ouvidoria.
- b) conselho fiscal.
- c) conselhos de administração.
- d) auditoria interna.
- e) controladorias.

98. Segundo o sistema de governança pública em órgãos e entidades da administração pública, existem dois tipos básicos de atores que se manifestam no setor público: os agentes e os principais. Sobre esses atores é correto afirmar:

- a) o principal é aquele a quem foi delegada autoridade para administrar os ativos e os recursos públicos.
- b) o agente compartilha as percepções de finalidade e valor, podendo exercer o poder social de forma conjunta e ordenada por meio de estruturas criadas para representá-lo.
- c) os agentes são representados pelas autoridades, dirigentes, gerentes e colaboradores do setor público.
- d) os principais são representados pelos conselhos, dirigentes, gerentes e representantes eleitos.

99. O conceito de Governança pública tem evoluído e constitui um conjunto de liderança, estratégias e controle que são postos em prática visando a condução da gestão pública. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- I) Tanto a governança pública como a governança corporativa partem da teoria do agente principal.
- II) Tanto a governança pública como a governança corporativa partem dos problemas de ineficiência da gestão.
- III) Tanto a governança pública como a governança corporativa se regem pelos princípios da accountability, equidade e transparência.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) III

100. A gestão de riscos envolve a criação de estruturas, a existência de lideranças, além do processo de gestão riscos, no qual se realiza várias atividades em várias etapas, visando o monitoramento constante e a melhoria contínua. Uma dessas etapas envolve a determinação do nível de risco, que segundo a literatura, é denominada

- a) Identificação de riscos
- b) Estabelecimento do contexto e do escopo
- b) Tratamento de riscos
- d) Análise de riscos
- e) Avaliação de riscos

QUESTÃO 1

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
 - b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.
-

Simulado Final IPEA – Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa - Perfil I - Planejamento, Gestão e Logística - Gestão e Logística -
Pós-Edital – Banca: Fundação Cesgranrio – 17/02/2024

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Ter as competências requeridas para o exercício de um cargo ou uma função pública é fundamental para o alcance da excelência profissional e a consecução da prestação de serviços públicos ao cidadão com qualidade e eficácia. Considerando esse assunto, redija um texto dissertativo acerca do processo de gestão de pessoas por competências na administração pública, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 a finalidade de uma gestão de pessoas por competências, do ponto de vista organizacional.
 - 2 o tripé das competências, com o significado de cada elemento que o compõe.
 - 3 três benefícios da gestão por competências para a organização.
 - 4 três benefícios da gestão por competências para os servidores públicos.
-

Simulado Final IPEA – Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa - Perfil I - Planejamento, Gestão e Logística - Gestão e Logística -
Pós-Edital – Banca: Fundação Cesgranrio – 17/02/2024

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
